

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – IPMA CNPJ: 01.510.576/0001-61

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 2019.061402 - CCI - IPMA

Em Atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do processo nº. 001/2019-IPMA-PP-SRP, referente ao processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 001/2019-IPMA-PP-SRP, que tem por objeto o Registro de preços que objetiva a futura e eventual contratação de serviços profissionais para execução de perícias médicas para atender o Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba-PA, e a Ata de Registro de Preços 001-2019-IPMA-ARP, originária do Processo Licitatório já Identificado, celebrado entre o Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba-PA – IPMA, CNPJ: 01.510.576/0001-61, com a Empresa J M M BRANDÃO & CIA LTDA - ME CNPJ: 14.127.096/0001-68, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto 7.892/13 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o processo licitatório, a Ata de Registro de Preços encontram-se:

(x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

() Com irregularidade de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e a Ata de Registra do Procesa supramancionados appartem se em ordem padendo a

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e a Ata de Registro de Preços, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Abaetetuba-PA, 14 de junho de 2019.